

Conferência

O que quer dizer estudar e trabalhar por um desenvolvimento humano? Reflexões a partir de Monsenhor Duffé e Papa Francisco

What does it mean to study and work for human development? Reflections from Monsignor Duffé and Pope Francis

Tiago de Melo Novais¹

 0000-0002-0652-5006

Resumo

O presente artigo procurou explorar alguns elementos necessários para a reflexão sobre o tema do desenvolvimento humano e sua possível realização. Utilizando o conteúdo ministrado por Monsenhor Bruno-Marie Duffé e alguns documentos da Igreja Católica escritos pelo Papa Francisco, alguns princípios e temas que visam contribuir com a concretização do desenvolvimento da humanidade foram explorados teologicamente. Mais especificamente, discutiu-se acerca dos seguintes princípios: uma nova compreensão sobre o tempo, que valorize processos que desembocam no desenvolvimento humano; a necessidade de resolução de conflitos, visando a unidade em meio a alteridade e diversidade; o apreço pela realidade mais do que pelas ideias, ao passo que as ideias colaborem com o desenvolvimento humano que ocorre na realidade concreta; e o papel do todo em relação à parte, destacando a perspectiva necessariamente global do desenvolvimento humano. Além disso, afirma-se o papel essencial do bem comum como condição para a paz social e da promoção de agentes pacificadores para a construção da paz em sociedades, ambos indispensáveis para a realização do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Bem comum. Desenvolvimento humano. Papa Francisco. Paz social.

Abstract

The present article aims to reflect on human development and its accomplishment. Applying the teachings of Monsignor Bruno-Marie Duffé and Catholic documents written by Pope Francis, we explored theologically some principles and themes that contribute to the achievement of the development of humanity. More specifically, we discussed the following principles: a new understanding of time, that values processes that lead to human development; the need for conflict resolution, for the sake of unity amid otherness and diversity; the appreciation of reality rather than ideas, so that ideas collaborate with the human development that occurs in concrete reality; and the superiority of the whole over the piece, highlighting the necessarily global perspective of human development. Furthermore, we affirm the essential role of the common good as a condition for social peace, and of the promotion of peacemaking agents for the construction of peace in societies, both indispensable for the accomplishment of human development.

Keywords: Common good. Human development. Pope Francis. Social peace.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. R. Prof. Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. E-mail: tiago-melo@hotmail.com.br

Apoio: Bolsa *Stricto Sensu* Reitoria PUC-Campinas.

Introdução

Neste artigo explorar-se-á o tema do desenvolvimento humano, tendo como base o conteúdo discutido em palestra (de mesmo título que o presente artigo) ministrada pelo Monsenhor Bruno-Marie Duffé² e organizada pelo Núcleo de Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Seguindo o roteiro central da exposição, serão desenvolvidos os subtópicos trabalhados por Monsenhor Duffé, seus principais argumentos, bem como os documentos da Igreja Católica trazidos por ele na fundamentação de sua palestra.

Em especial, deve-se destacar que a principal fonte da palestra é a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, que se tornou indispensável para a elaboração deste trabalho juntamente com a palestra. Assim, este artigo tem um caráter disciplinar teológico e o método exploratório foi utilizado para a coleta de dados através da análise de documentos, livros e artigos.

A fim de possibilitar um melhor entendimento, o artigo foi organizado em duas seções. A primeira seção tratará do caminho a ser percorrido rumo ao desenvolvimento humano, o qual foi dividido em quatro princípios descritos pelo Papa Francisco na exortação supracitada. A partir da primeira, na segunda seção será realizada uma breve reflexão acerca do bem comum e da construção da paz social.

O caminho do desenvolvimento humano: quatro princípios segundo a exortação *Evangelii Gaudium*

O desenvolvimento humano é um dos principais temas em discussão no momento, presente em sociedades como o Brasil, onde o contexto de conflitos, escassez econômica e decadência política demandam uma reflexão aprofundada de como se pode tornar possível o florescimento humano. Em contextos assim, como observa Monsenhor Duffé (2019), é preciso reaprender sobre a riqueza da diversidade, a beleza das culturas e o trato com o “outro” em sua alteridade como pressupostos para o desenvolvimento humano.

Dessa maneira, uma primeira noção importante da tradição cristã a ser destacada nesta discussão é a “dignidade humana”, cujo fundamento antropológico remonta a ideia de que o ser humano é um ser criado à imagem e semelhança de Deus. É essa humanidade, dotada de dignidade, que também obteve graciosamente a capacidade para “compartilhar vida”, viver a “fraternidade”, a “justiça” e o “reconhecimento mútuo” (DUFFÉ, 2019).

Assim, Monsenhor Duffé (2019) observa que a partir da noção de dignidade é que se chega à dimensão irreduzível da pessoa humana, a qual o significado impede reducionismo que trate o ser humano como mero objeto. Na verdade, para pensar no seu desenvolvimento é necessário levar em conta a dignidade intrínseca da pessoa humana, a consideração mútua da dignidade dentro das relações humanas e suas capacidades subjacentes que possibilitam esse empreendimento.

² Monsenhor Bruno-Marie Duffé é o secretário geral do Dicastério do Desenvolvimento Humano Integral do Vaticano, criado pelo Papa Francisco em 2016 com o objetivo de propor uma nova reflexão sobre a questão do desenvolvimento humano à luz da missão da Igreja Católica.

A partir da consideração e da irredutibilidade da dignidade humana, deve-se em seguida estabelecer os princípios que podem contribuir de maneira singular para a reflexão sobre o desenvolvimento humano. Seguindo Duffé (2019), quatro princípios presentes na terceira parte do capítulo quatro da exortação *Evangelii Gaudium* (IV, 3), por sua vez baseada na constituição dogmática *Lumen Gentium* (FRANCISCO, 2013), foram extraídos. Nessa exortação, a expressão “paz social” e “bem comum” são as palavras-chave que motivam o Papa Francisco a escrever os princípios que aqui serão explorados. Por isso, essas expressões serão utilizadas como intercambiáveis em relação à expressão “desenvolvimento humano”, ancoradas na compreensão de que o desenvolvimento humano ocorre por meio da construção da paz visando o bem comum nas sociedades contemporâneas.

Os quatro princípios a serem explorados são: “o tempo é superior ao espaço”, “a unidade prevalece sobre o conflito”, “a realidade é mais importante que ideias” e “o todo é superior à parte”. Cada princípio será discutido individualmente a seguir.

O tempo é superior ao espaço

O primeiro princípio destacado por Duffé (2019) para percorrer o caminho de construção da paz social é também um importante chamado para a humanidade; a saber, uma nova consciência acerca do “tempo”. Isto é, antes mesmo de oferecer novas práticas para o melhoramento da vida social, se faz necessário destacar o tempo como um objeto elementar da reflexão humana, como, aliás, se demonstrou nas diversas investigações empreendidas sobre ele na filosofia e na teologia, sobretudo no século XX³. Além disso, é necessário se atentar ao tempo como uma plataforma inevitável rumo à plenitude de vida humana.

Neste sentido, devem ecoar as palavras do Papa Francisco (2013), que expõe um primeiro aspecto central no tema do tempo: a tensão entre a plenitude e o limite. Para ele, essa tensão se refere à ambivalência do desejo de plenitude que possibilita novos cenários de um futuro melhor para a humanidade e, ao mesmo tempo, o limite imposto pelo presente momento dentro de conjunturas sociais particulares. Em suas próprias palavras:

A plenitude gera a vontade de possuir tudo, e o limite é o muro que nos aparece pela frente. O ‘tempo’, considerado em sentido amplo, faz referência à plenitude como expressão do horizonte que se abre diante de nós, e o momento é expressão do limite que se vive num espaço circunscrito. Os cidadãos vivem em tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai.

Portanto, no entremeio da “utopia que nos abre ao futuro” e o “muro que nos aparece pela frente” se encontra uma nova experiência do tempo, ou uma nova consciência acerca dele. Assim, Monsenhor Duffé (2019) realiza o desafio de pensar a “esperança do tempo”, para o qual é preciso aprender a habitar no tempo como um caminho à plenitude.

³ Destaca-se a obra de Martin Heidegger “Ser e Tempo”, que influenciou grande parte da produção filosófica e teológica sobre o tema.

Entretanto, a dificuldade dessa reflexão não reside em sua dimensão teórica, mas prática, especialmente se as demandas contemporâneas da vida em sociedade forem levadas em conta. Como diz o filósofo Byung-Chul Han (2017) em sua obra “Sociedade do cansaço”, a globalização e a economia liberal acabaram por produzir uma sociedade de excessiva produtividade e cansaço, retirando do horizonte humano uma nova compreensão e vivência do tempo, diferente daquela que se encontra em constante tensão e ansiedade. A sociedade do cansaço, por conseguinte, faz com que a experiência reflexiva (habilidade de re-fletir), a atenção profunda e até mesmo a contemplação sejam tarefas de grande dificuldade (HAN, 2017). Assim, tendo em vista o desenvolvimento humano, se torna ainda mais necessário experimentar o tempo como caminho rumo à plenitude humana em meio a uma sociedade da produtividade, do excesso e ansiedade.

Contudo, para clarificar este tópico pode-se ainda distinguir duas noções gerais sobre o tempo, bastante familiares à linguagem teológica: o tempo como *kronos* (*Κρόνος*) e o tempo como *kairós* (*καιρός*). As duas palavras de origem grega explicitam, respectivamente, o tempo entendido como mensurável e o tempo entendido como oportuno, imensurável. Por isso, pensar o tempo como um caminho para a plenitude humana é também obter a capacidade de discernimento kairológico, por assim dizer; isto é, embora a passagem do tempo cronológico seja inevitável, o desenvolvimento humano ocorre diante do tempo oportuno, o qual não é quantificável e mensurável, mas é experienciado como plenitude (DUFFÉ, 2019).

Outro aspecto da tensão entre o tempo e o limite é a diferenciação entre o tempo e o espaço. Como Monsenhor Duffé (2019) ressalta em sua reflexão, o tempo se refere aos processos para o desenvolvimento crescente da humanidade, enquanto o espaço se refere aos domínios de poder nas sociedades. Por essa razão, como diz Francisco (2013, n. 223): “Um dos pecados que, às vezes, se nota na atividade sociopolítica é privilegiar os espaços de poder em vez dos tempos dos processos”. Assim, em contraponto à valorização do poder contido no domínio de espaços está a valorização de processos que construam um povo de paz (desenvolvimento humano); processos que demandam tempo e, por isso, não produzem resultados imediatos. Como afirma o Papa Francisco (2013, n. 223):

Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e transforma-os em elos numa cadeia em constante crescimento, sem marcha atrás. Trata-se de privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes. Sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes.

Desse modo, percebe-se nas palavras acima que não se trata de escolher o tempo em detrimento dos espaços, mas de viabilizar espaços por meio de uma transformação processual, a qual se dá pelo tempo e nos “momentos oportunos”.

A unidade prevalece sobre o conflito

O segundo princípio destacado por Monsenhor Duffé (2019) proveniente da exortação *Evangelii Gaudium* é o princípio da unidade que sobrepuja o conflito. Com efeito, a dimensão

do conflito é também fundamental para pensar o desenvolvimento humano, posto que essa é a própria expressão da diferença e da individualidade da pessoa humana. Naturalmente, então, o conflito é um fator constante das relações humanas em sociedade, não devendo ser considerado como mal *per se*, mas compreendido à luz de um projeto de paz social que dá predileção à unidade (DUFFÉ, 2019).

Nesse sentido, Monsenhor Duffé (2019) diz que o conflito, por ser natural e constante, não é sinônimo de conflito violento. Enquanto a violência pode cessar (e ser impedida sua perpetuação) no trabalho em prol da unidade, o conflito se faz presente sempre que houver qualquer alteridade.

Posto isso, poder-se-ia indagar qual o caminho mais adequado para a unidade, levando em conta esse caráter permanente do conflito. Essa questão será respondida destacando dois pontos de Duffé: o “enfrentamento do conflito” e o “diálogo para a unidade”⁴.

O enfrentamento do conflito é o resultado da disposição para aceitar a condição conflituosa das relações humanas em geral. Isto é, se trata da postura de estar diante do conflito sem o ignorar ou o dissimular, mas o aceitar para propiciar sua resolução. Papa Francisco (2013, n. 226) lembra que sem a aceitação do conflito, em primeiro lugar, perde-se a perspectiva de “unidade profunda da realidade” porque os “horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada”. Logo, o conflito, se não encarado, pode resultar na distorção da realidade, a qual se compreende através da noção de “unidade” do todo e não de sua “fragmentação” – e individualização, se poderia afirmar.

Dessa maneira, pode-se dizer com o Papa Francisco (2013, n. 227) que diante do conflito há pelo menos três caminhos possíveis: (a) pode-se ignorar o conflito a fim de ultrapassá-lo sem resolvê-lo; (b) pode-se adentrar muito profundamente nele, resultando na perda da possibilidade de resolução e na fragmentação; ou, mais adequadamente, (c) pode-se “aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo”.

O diálogo para a unidade, por sua vez, é o esforço para dialogar com o “outro” em conflito; isto é, o conflito é superado pela unidade somente quando ocorre a escuta do outro em forma de diálogo, uma vez que o diálogo é a expressão do interesse no que o “outro” em sua alteridade tem a dizer e contribuir com o “eu” e o “nós”.

À vista disso, Monsenhor Duffé (2019) afirma que a palavra grega referente ao português “diálogo” também explicita esse princípio da unidade, contando que a palavra “diálogos” (*διάλογος*) pode significar “a palavra” (*λογος*) que se encontra no “espaço entre” dois (prefixo *διά*).

Portanto, para configurar um diálogo, é preciso que a “palavra” que “está entre” seja mais que palavras em sua expressão verbal de uma conversa, mas a representação da presença do “outro”, compartilhada e apreciada pelo “um”. Isso servirá como fundamento para a construção de projetos para o desenvolvimento humano que valorizem a presença da alteridade e da diversidade mesmo com a inevitabilidade dos conflitos (DUFFÉ, 2019).

⁴ Embora o caminho em busca da unidade destacada neste artigo seja vital para o objetivo do desenvolvimento humano, vale ressaltar com o Papa Francisco (2013, n. 229) que o “critério evangélico” é também indispensável para refletir a unidade; isto é, a unidade proveniente da unificação realizada por Cristo: “Este critério evangélico recorda-nos que Cristo tudo unificou em Si: céu e terra, Deus e homem, tempo e eternidade, carne e espírito, pessoa e sociedade. O sinal distintivo desta unidade e reconciliação de tudo n’Ele é a paz”.

Papa Francisco (2013, n. 228) ainda ressalta a demanda de coragem para “ultrapassar a superfície conflitual” em busca da amizade social, resumindo assim esse segundo princípio exposto por Duffé:

Deste modo, torna-se possível desenvolver uma comunhão nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida. Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste (FRANCISCO, 2013, n. 228).

A realidade é mais importante que ideias

O terceiro princípio a ser explorado para pensar o desenvolvimento humano é o “apreço pela realidade mais do que pelas ideias”. Paradoxalmente, construir reflexões e ideias, como está sendo feito neste artigo, não pode ser mais importante do que a construção ocorrida na própria realidade, onde habitam pessoas em suas particularidades, corporeidades, memórias e presença real. Entretanto, até mesmo para escrever sobre o apreço da realidade é preciso utilizar-se de ideias. Assim, também se faz necessário expor a tensão entre ideia e realidade para enfatizar essa última em sua maior importância.

Novamente de acordo com a exortação *Evangelii Gaudium*, pode-se afirmar o seguinte: “[...] a realidade simplesmente é, a ideia elabora-se” (FRANCISCO, 2013, n. 231). Isto é, a ideia faz parte da dimensão criativa da humanidade, que a desenvolve de forma múltipla e para diversos fins, mas sempre como construção conceitual, enquanto a realidade é o que se põe diante de alguém de maneira concreta. Assim, não é preciso escolher entre a ideia e a realidade, uma vez que ambas estão em âmbitos compatíveis e não excludentes da experiência humana. Outra forma de dizer o mesmo é utilizando novamente a expressão do “diálogo”, assim como faz o Papa Francisco (2013, n. 231) ao dizer: “Entre as duas, deve estabelecer-se um diálogo constante, evitando que a ideia acabe por separar-se da realidade.” Ou seja, a “tensão bipolar” entre a ideia e a realidade não é resolvida pela escolha de uma em detrimento da outra, mas através do diálogo que faz a ideia colaborar com a realidade concreta, sem separação.

Contudo, tendo em vista o desenvolvimento humano, a ideia não possui o mesmo valor que a realidade, pois, se assim fosse, tornar-se-ia uma perigosa forma de “ocultar a realidade” (FRANCISCO, 2013, n. 231)⁵. Como continua Francisco (2013, n. 231): “É perigoso viver no reino

⁵ Algumas formas de ocultar a realidade destacadas por Francisco (2013, n. 231) são: “os purismos angélicos, os totalitarismos do relativo, os nominalismos declaracionistas, os projectos mais formais que reais, os fundamentalismos anti-históricos, os eticismos sem bondade, os intelectualismos sem sabedoria”.

só da palavra, da imagem, do sofisma. Por isso, há que postular um terceiro princípio: a realidade é superior à ideia”.

Em sua palestra, Monsenhor Duffé (2019) também indica algumas razões pelas quais a predileção da realidade em relação às ideias deve ser um ponto alto em uma reflexão. Uma delas pertence ao próprio fundamento do cristianismo, que vê em Jesus o modelo para a atuação humana no mundo real. Nesse sentido, Monsenhor Duffé (2019) afirma que Jesus não se recusava a tratar da realidade humana em sua concretude; pelo contrário, as tinha em alta conta sempre que se encontrava com as pessoas em seus sofrimentos e angústias concretas.

Além disso, uma ilustração desse princípio pode ser observada de forma definitiva através da encarnação de Cristo, a Palavra que se fez carne na realidade concreta. Como consta na exortação apostólica, esse critério “impõe” cristãos a porem em prática a Palavra em forma de justiça e caridade (FRANCISCO, 2013).

Outra importante razão do desenvolvimento humano necessitar da realidade acima das ideias é a dimensão concreta da pessoa humana, que se encontra sempre nas realidades, conjunturas sociais e contextos políticos concretos. Por isso, não há desenvolvimento da pessoa humana que não ocorra concretamente. Como exemplo, Monsenhor Duffé (2019) cita os Direitos Humanos, os quais são direitos reais de seres humanos concretos. Desse modo, se os Direitos Humanos são importantes para a construção da paz social, assim como o são outras iniciativas, a realidade deve ser, efetivamente, mais importante do que as ideias. Todavia, a ideia permanece com sua tarefa essencial, como diz o Papa Francisco (2013, n. 232): “A ideia – as elaborações conceituais – está ao serviço da captação, compreensão e condução da realidade”.

Ademais, se faz necessário refletir também sobre a predileção à realidade no que concerne à sua dimensão não-humana, a saber, sobre a Casa Comum. Monsenhor Duffé (2019) afirma que para trabalhar rumo ao desenvolvimento humano é igualmente fundamental a elaboração de projetos nos quais a “economia” e a “ecologia” possam ser pensadas em conjunto.

A “economia”, segundo ele, se refere ao gerenciamento e organização da Casa Comum, enquanto a “ecologia” refere-se ao conhecimento e reflexão que viabiliza o cuidado dessa casa. Uma vez que a vida humana (e a vida como um todo) dependem da preservação da Casa Comum, o desenvolvimento humano passa tanto pelo conhecimento quanto pela boa administração dos recursos dela. Em um artigo, Duffé (2018, p. 77) realiza reflexões semelhantes, no qual a busca por uma “ecologia humana” o leva a concluir que “[...] a paz dos povos aparece como a condição necessária de ter o cuidado da criação”.

Para que isso seja possível, Duffé (2019) destaca o papel da colaboração ecumênica, sobretudo através do diálogo entre as religiões, que pode resultar em projetos compartilhados de cuidado com a natureza.

De modo geral, nisto consiste também o conteúdo da carta encíclica *Laudato si'*, na qual o Papa Francisco (2015) versa sobre o cuidado do mundo como a casa em comum dos seres humanos.

Em resumo, esse terceiro princípio contribui de modo ímpar para a realização das boas ideias, fazendo com que a realidade seja revalorizada (e não deslocada do âmbito conceitual) nos empreendimentos que almejam a paz social.

O todo é superior à parte

O quarto e último princípio destacado por Monsenhor Duffé (2019) para aprofundar a discussão sobre o caminho rumo ao desenvolvimento humano é a superioridade do todo em relação à parte. Entretanto, antes de afirmar essa proposição, pode-se indagar a razão pela qual o todo obtém primazia na sua dualidade com a parte, bem como verificar sua ligação com o tema do desenvolvimento humano.

À semelhança dos princípios anteriores, Papa Francisco (2013, n. 234) apresenta a discussão sobre o todo e a parte também como uma “tensão bipolar”, a fim de representar a dualidade entre aquilo que pertence ao âmbito “global” (globalização) e aquilo que pertence aos âmbitos “locais” (localização). Também de semelhante modo aos pontos anteriores da exortação *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco (2013, n. 234) não trata essa tensão como polos excludentes; pelo contrário, afirma a necessidade da atenção tanto a um quanto ao outro: enquanto dar atenção à dimensão global (representando o *todo*) auxilia na expansão dos horizontes não resultando na “mesquinha cotidianidade”, dar atenção à dimensão local (representando a *parte*) auxilia a manter os “pés no chão” das realidades locais. Portanto, tanto o global quanto o local devem ser considerados igualmente necessários para o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, Monsenhor Duffé (2019) ressalta a importância de trabalhar para a harmonia entre o global e o local, uma vez que toda pessoa humana encontra-se entre os dois, pertencendo equitativamente ao “mundo” e à “humanidade”, mas também a uma “certa comunidade” com suas “particularidades locais”.

Porém, para pensar no desenvolvimento da humanidade, o todo deve ser considerado como superior à parte, sobretudo na busca pela produção do bem comum – o qual é, necessariamente, a produção de bens que beneficia o todo. Esse princípio, porém, não pode ser compreendido como a preferência por um universalismo abstrato em detrimento da concretude local, mas sim como a “consideração pela humanidade” durante o processo de elaboração e realização de projetos de paz social.

Para Monsenhor Duffé (2019), a consideração pela humanidade ocorre mediante a consciência de que os seres humanos são também atores (ou artesãos) da unidade entre as diferentes comunidades humanas, em favor do todo.

À vista disso, pode-se afirmar com o Papa Francisco (2013, n. 235) que qualquer trabalho que visa a paz social deve objetivar algo maior, ainda que seja realizado localmente:

É preciso alargar sempre o olhar para reconhecer um bem maior que trará benefícios a todos nós. Mas há que o fazer sem se evadir nem se desenraizar. É necessário mergulhar as raízes na terra fértil e na história do próprio lugar, que é um dom de Deus. Trabalha-se no pequeno, no que está próximo, mas com uma perspectiva mais ampla.

Com efeito, essa afirmação pode contribuir singularmente como um propulsor para que esta reflexão sobre o desenvolvimento humano se torne possível e desejável em sua realização, uma vez que valoriza iniciativas de caráter localizado e as posiciona dentro de um projeto vasto que visa o bem geral.

Junto disso, Papa Francisco (2013, n. 237) reforça o quarto princípio ao lembrar que o todo (totalidade) também possui um papel característico quando se trata do próprio Evangelho, o qual “[...] não cessa de ser Boa Nova enquanto não for anunciado a todos, enquanto não fecundar e curar todas as dimensões do homem, enquanto não unir todos os homens à volta da mesa do Reino. O todo é superior à parte”. Dessa forma, também do ponto de vista teológico e evangelístico⁶, é essencial meditar na superioridade do todo em relação à parte (ou particularidade).

O bem comum e a construção da paz social

Tendo sido apresentados os quatro princípios, passa-se a uma reflexão sobre questões do bem comum e da construção da paz social.

Como já visto anteriormente, o tema do bem comum é indispensável para a reflexão sobre o desenvolvimento humano. De fato, o bem comum se trata da “condição da paz social” (DUFFÉ, 2019). No entanto, o tema é tão indispensável quanto vasto e, por isso, não será possível verificar em detalhes, neste trabalho, o papel do bem comum em todos os quatro princípios descritos, os quais têm estrita ligação, bem como nos documentos produzidos pelo Papa Francisco, os quais citam o bem comum com abundância – como é o caso da *Evangelii Gaudium*. Ainda assim, duas proposições podem contribuir para o entendimento da questão: o bem comum não é a totalidade dos benefícios particulares e busca o futuro da vida e da comunidade humana.

A primeira proposição se trata da afirmação de Duffé (2019) de que o bem comum não pode ser considerado meramente como a soma total dos benefícios particulares. Isso porque o caminho que deve ser percorrido para possibilitar o bem comum está ligado mais à produção de bens que visa o todo e menos à tentativa de soma desses bens. O todo, nesse sentido, ganha destaque novamente em relação à parte. A implicação direta dessa compreensão, segundo Duffé (2019), é que o bem comum passa a ser considerado uma maneira de “compartilhar com justiça” os bens recebidos (por dádiva divina) e produzidos (no labor humano).

Quem faz afirmações semelhantes é o protestante Kuiper (2019, p. 246), que afirma que o: “[...] bem comum, conseqüentemente, é o resultado de inter-relacionamento de diferentes práticas e o bem que geram. Ao partilhar esse bem particular e incluir uns aos outros, surge o bem comum”.

Entretanto, não é difícil chegar à conclusão de que o bem comum se tornou uma noção com intrincado significado real, sobretudo em sociedades onde impera a desigualdade econômica e social. Segundo Duffé (2019), nem mesmo se pode considerar que haja bem comum quando uns possuem muito e outros não possuem nada. No Brasil, por exemplo, diversas análises foram realizadas a fim de fornecer perspectivas de melhoria diante da miríade de exclusões sociais causadas pela desigualdade (SAWAIA, 2001).

Ante o exposto, deve-se insistir no papel fundamental que a geração de bem comum possui em cenários desse tipo, uma vez que ele é também uma forma de buscar o futuro da vida

⁶ Cabe mencionar que o cristianismo evangélico também produziu noções semelhantes no final do século XX no que tange à evangelização e o todo, provando a necessidade dessa reflexão. Aqui se refere ao Pacto de Lausanne em 1974, evento que reuniu autoridades religiosas do movimento evangélico a fim de produzir um documento de compromisso com os novos paradigmas da evangelização mundial levando em conta a integridade (o todo) da pessoa humana e a integridade (o todo) do Evangelho (MOVIMENTO LAUSANNE, 1974).

e da comunidade humana. Essa afirmação é precisamente a segunda proposição oferecida por este artigo. Nessa direção, Duffé (2019) ressalta o pressuposto teológico de que o amor de Deus se encontra na direção de todos, sem distinção. Assim, o amor de Deus se torna a motivação e plataforma para compartilhar os bens recebidos e produzidos com a comunidade humana (bem comum), visando seu futuro.

Por fim, após demonstrar o papel do bem comum como requisito para a paz social, resta apresentar as dimensões nas quais essa paz social deve ser incorporada, objetivando a concretização do desenvolvimento humano.

Baseado na exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*, também do Papa Francisco, Duffé (2019) ressalta o princípio contido no verso bíblico do Evangelho de Mateus, o qual chama os pacificadores de “bem aventurados”, que colhem como fruto de sua pacificação a benção de serem chamados “filhos de Deus” (Mateus, 5:9). Esses pacificadores são aqueles que desejam uma sociedade de paz (DUFFÉ, 2019) e por isso contribuem para o desenvolvimento humano – admite-se, assim, a relação mútua entre a construção da paz social, o bem comum e o desenvolvimento humano.

Segundo os termos do Papa Francisco (2018, n. 88): “Os pacíficos são fonte de paz, constroem paz e amizade social”. Esses são “artesãos” da “arte” de construir a paz (FRANCISCO, 2018, n. 89). E o contrário também é verdadeiro: “O mundo das murmurações, feito por pessoas que se dedicam a criticar e destruir, não constrói a paz. Pelo contrário, tais pessoas são inimigas da paz e, de modo nenhum, bem-aventuradas” (FRANCISCO, 2018, n. 87).

Percebe-se nas linhas acima que não pode haver, portanto, um projeto de paz social se não por meio de agentes da paz. Além do mais, Duffé (2019) lembra que o “projeto político” para construção da paz funda-se na responsabilidade mútua (na relação de interdependência) dos seres humanos. Assim, o desafio relativo à paz social (e conseqüentemente ao desenvolvimento humano) se concentra em promover esses agentes pacificadores.

Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da paz postas por Duffé (2019) e que podem ser incorporadas para esse fim: primeira, a paz consigo mesmo, gerada pela recusa da intolerância, da ira e da impaciência, para pôr em seu lugar a doçura consigo mesmo que capacita o oferecimento de doçura para com os demais. Segunda, a paz com o outro (com qualquer outro), gerada pelo encontro⁷ e pela escuta à mensagem do outro, interessados no que ele pode oferecer e com o que pode contribuir. Terceira, a paz com a criação, gerada pela redescoberta da grandeza do dom de Deus na natureza, juntamente com a responsabilidade que concerne a todos os indivíduos – como habitantes do mesmo mundo que trabalham para o seu futuro.

Considerações Finais

Neste artigo, buscou-se traçar algumas reflexões teológicas que objetivaram contribuir com a discussão sobre o desenvolvimento humano. Principalmente a partir da palestra do

⁷ A palavra encontro é utilizada por Duffé de maneira mais profunda do que o significado usual. Assim, há semelhanças com a obra de Martin Buber (2001), que trata o encontro como o meio pelo qual o “um” e o “outro” (o Eu e o Tu) se relacionam com inteireza de espírito, sem mediações. Porém, a semelhança conceitual não é definitiva para que se possa afirmar a influência direta de Buber na obra de Duffé e mesmo na do Papa Francisco.

Monsenhor Duffé, juntamente com documentos de cunho social da Igreja Católica escritos pelo Papa Francisco, alguns princípios e temas que desafiam as sociedades contemporâneas e os atores sociais a tomarem novos rumos para o trabalho do desenvolvimento foram explorados.

Tendo em vista os princípios do “tempo é superior ao espaço”, “a unidade prevalece sobre o conflito”, “a realidade é mais importante que ideias” e “o todo é superior à parte”, buscou-se oferecer subsídios teológicos para o aprofundamento do tema central. De igual forma, tratou-se do bem comum e da paz social como meios necessários para o desenvolvimento, compreendendo que o bem comum é a condição para a paz social, assim como a paz social é o fruto do desenvolvimento humano.

Referências

- BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001.
- DUFFÉ, B.-M. Atualidade da doutrina social da Igreja a partir da leitura de “*Sollicitudo Rei Socialis*” (1978) e da “*Caritas in Veritate*” (2009). *Cadernos de Fé e Cultura*, v. 3, n. 2, p. 71-78, 2018. <https://doi.org/10.24220/2525-9180v3n22018a4443>
- DUFFÉ, B.-M. O que quer dizer estudar e trabalhar por um desenvolvimento humano? Campinas: PUC-Campinas, 2019. Publicado pelo canal da PUC-Campinas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ICdTOnb-yZM&t=2566s&ab_channel=PUC-Campinas. Acesso em: 5 ago. 2021.
- FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#III._O_bem_comum_e_a_paz_social. Acesso em: 5 ago. 2021.
- FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html. Acesso em: 5 ago. 2021.
- FRANCISCO, Papa. *Gaudete et exultate*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exultate.html. Acesso em: 5 ago. 2021.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- KUIPER, R. *Capital moral: o poder de conexão da sociedade*. Brasília: Editora Monergismo, 2019.
- MOVIMENTO LAUSANNE. *Pacto de Lausanne*. Lausanne, Suíça, 1974. Disponível em: <https://lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/covenant/pacto-de-lausanne>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Como citar este artigo/How to cite this article

NOVAIS, T. M. O que quer dizer estudar e trabalhar por um desenvolvimento humano? Reflexões a partir de Monsenhor Duffé e Papa Francisco. *Cadernos de Fé e Cultura*, v. 6, e215440, 2021. <https://doi.org/10.24220/2525-9180v6e2021a5440>